

Uma leitura da sociologia da ciência em Foucault e Bourdieu

Palestra proferida por **Fernanda A. da Fonseca Sobral**, Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Brasília (UnB).

É objeto de análise da Sociologia da Ciência as condições sociais da produção do conhecimento científico e os impactos sociais dessa produção. Aqui, vai se focar sobretudo a contribuição de Foucault e Bourdieu no que se refere à essas questões. É preciso ressaltar que ambos os autores vêem as relações entre o campo científico e campo sócio-político, evidenciando as relações de poder estabelecidas no processo de produção do conhecimento e, com isso, questionando a idéia de neutralidade da verdade científica.

Foucault não está preocupado em estabelecer critérios de cientificidade tal qual a epistemologia da ciência, mas sim uma arqueologia do saber, ou seja, mostrar como se constituiriam certos saberes vistos enquanto discursos em diferentes épocas históricas, a partir de determinadas condições sócio-institucionais, que se expressam enquanto relações de poder ou a partir de certas condições ao nível da evolução do próprio conhecimento¹.

No livro "As Palavras e as Coisas" ele prioriza a análise das condições internas à produção do conhecimento, ou seja, os acontecimentos ao nível do saber e que propiciaram o surgimento de outros saberes. As Ciências Humanas tiveram condições de aparecer quando o homem passou a ser objeto de ciências empíricas tal qual a vida, o trabalho e a linguagem para a Biologia, Economia Política e Filologia, ao mesmo tempo em que o homem passa a ser fundamento da Filosofia Moderna como objeto e sujeito do conhecimento. No entanto, mesmo nesse livro, Foucault se refere ao surgimento da Psicologia a partir das novas normas que a sociedade impõe ao indivíduo e ao aparecimento do pensamento sociológico dadas as preocupações com o equilíbrio social durante a Revolução Industrial.

1 Algumas obras como "Nascimento da Clínica", "As Palavras e as Coisas", "Arqueologia do Saber" e "Ordem do Discurso" se detêm mais na arqueologia do saber enquanto "História da Loucura", "Vigiar e Punir", "Microfísica do Poder" trabalham a genealogia do poder e as relações entre saber e poder, entre práticas discursivas e práticas sócio-políticas.

COMUNICAÇÕES: Palestras

Já no livro *Microfísica do Poder* as relações entre conhecimento e poder são bastante nítidas. Nele se afirma que cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discurso que são integrados e funcionam como verdadeiros. A verdade é então ligada ao sistema de poder que a produz e a apóia.

A importância do poder para a gênese de certos saberes se expressa através da organização de certos espaços institucionais que possibilitam a institucionalização de objetos para o conhecimento. Por exemplo, na "História da Loucura", mostra-se o papel do internamento no sentido de reunir num mesmo espaço aqueles que serão objeto de um determinado saber (os loucos para a Psiquiatria). Na época clássica, havia "o mundo unificado do desatino", no sentido de que todos os elementos passíveis de ser nocivos à sociedade eram excluídos conjuntamente (loucos, ladrões, criminosos, miseráveis). Com o advento da Revolução Industrial, os loucos são recolhidos a um espaço próprio e não mais misturados aos outros insensatos. Só assim a loucura se torna objeto de um determinado saber. Quando a loucura é dissociada das outras formas de desatino, ela é percebida como doença mental, possibilitando o surgimento da Psiquiatria.

"Deixada sozinha e destacada de seus antigos parentescos, entre os muros do internamento, a loucura se constitui num problema, colocando questões que até então nunca havia formulado". (Foucault, 1978 : 417).

Há, nesse momento, uma mudança no parâmetro de percepção da loucura. Deixa de ser jurídico e moral, como no período da unificação do desatino, para ser baseada num parâmetro patológico, baseado no conhecimento. Essa tendência também se relaciona a acontecimentos na ordem do saber pois, a Medicina estava, nessa ocasião, constituindo a doença como verdade. Ao se internar a loucura, associam-se a sua dominação, o seu isolamento e a possibilidade de seu conhecimento. A loucura tornou-se objeto de conhecimento quando foi objeto de exclusão.

Sendo assim, é a individualização propiciada por determinados recursos institucionais do sistema de poder que vai viabilizar a dimensão de objeto para os saberes. Exemplos são o internamento que particulariza a loucura, objeto da Psiquiatria, o isolamento celular tomando a delinqüência objeto da Psicologia e da Teoria Jurídica, e o hospital que individualiza a doença para a Medicina. Também a escola examinatória possibilita o início da Pedagogia,

pois o exame permite a documentação e o registro, constituindo o indivíduo num objeto de conhecimento.

Dessa forma, o internamento, a prisão, o hospital e a escola examinatória são mecanismos de poder que organizam certos objetos para a constituição de saberes. Ou seja, são relações de poder que constituem os saberes mas, por outro lado, todo saber define relações de poder.

A origem do saber está no poder mas todo saber assegura um exercício de poder. O poder do saber está referido em Foucault de várias formas:

a) O poder do saber vem do hermetismo e do esoterismo do seu discurso, ou seja, nem todos têm acesso ao saber, daí o seu poder. Já no livro *História da Loucura*, Foucault mostra que o louco detém um saber difícil, fechado e esotérico². E o saber do louco, por ser inacessível, é também temível. Mais adiante, ele também se refere ao poder do médico-psiquiatra dando-lhe uma conotação de magicidade. Da impenetrabilidade do saber surge a sensação de magicidade e o seu poder. O doente se submete ao médico e ao seu poder de cura, como se estivesse diante de um santo milagreiro.

No livro *Ordem do Discurso*, quando Foucault trata dos procedimentos de controle do acesso ao discurso, ele mostra como as "sociedades de discurso" (universidades, academias, clubes e cinemas) são um mecanismo de divulgação limitado do discurso, na medida em que só os "iniciados" lhe têm acesso, revelando mais uma vez a impenetrabilidade do saber.

b) O poder do saber se verifica também na constituição de outros saberes. Por exemplo, a gênese das ciências humanas deve-se ao fato do homem ter sido tematizado pela Filosofia Moderna como sujeito e objeto do conhecimento, e também ao fato da vida, do trabalho e da linguagem terem se tomando objetos de ciências empíricas (Biologia, Economia Política e Filologia).

c) O poder do saber também se evidencia através do controle que ele permite. O saber sobre a loucura além de possibilitar a sua cura (poder de cura), também é uma forma de dominação social. A loucura analisada a partir de um enfoque médico e não mais jurídico e moral, tal como na Psiquiatria, supõe também, pela recuperação, o controle social do louco.

2 O esoterismo do saber também aparece no livro "O nascimento da Clínica".

COMUNICAÇÕES: Palestras

Outrossim, quando Foucault fala do surgimento da Psicanálise, mostra que a sociedade burguesa não deixou de reconhecer e falar sobre a sexualidade. Pelo contrário, sentiu necessidade de produzir "verdades" sobre ela e, para isso, organizou um determinado saber sobre a sexualidade. No entanto, o discurso sobre a sexualidade humana, além de ser um saber, é também um dispositivo de poder, pois possibilita o seu controle.

A ciência e o saber são então verdades que se constituem através de relações de poder e como relações de poder. Por isso, são verdades produzidas por sistemas de poder e que também induzem ou reproduzem efeitos de poder.

Bourdieu também vai analisar as condições sociais de produção do conhecimento e a dimensão de poder que aí se expressa.

Se, no capitalismo, o campo dos bens simbólicos (intelectual e artístico) pôde se libertar do comando da aristocracia da Idade Média, provocando uma certa autonomia do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos em relação aos campos econômico, político e religioso, isso não significa um total distanciamento entre esses campos. Surgem dois tipos de produção de bens simbólicos: cultura erudita e indústria cultural. Enquanto a primeira produz bens culturais destinados a um público interno, constituído também por produtores de bens culturais, a segunda produz para o grande público (demanda externa), que pode ser constituído de frações não intelectuais de diferentes classes sociais³.

A lei no campo da produção erudita é a busca da distinção e o distanciamento das demandas externas faz com que se pense numa autonomia desse campo que pretende uma legitimação propriamente cultural. Quanto mais o campo funciona como uma arena fechada de concorrência pela legitimação cultural, tanto mais quer se afastar das influências econômicas, sociais ou políticas.

Porém, enquanto a recepção dos produtos da indústria cultural é mais ou menos independente do nível de instrução dos receptores (pois ela tende a adaptar-se à demanda), a cultura erudita deriva sua raridade e sua função de distinção das condições de disposição desiguais ou dos códigos necessários para a apreensão desses produtos, que podem ser adquiridos através do

3 Essas idéias sobre os dois tipos de produção cultural podem ser associadas, no campo propriamente científico, às diferenças existentes entre a pesquisa científica básica e a pesquisa aplicada e/ou desenvolvimento tecnológico.

acesso à escola ou pelo fato de ser integrante de uma família cultivada, pois cabem a essas instituições, como à escola e à família, a tarefa de inculcação de um *habitus*. Só alguns "iniciados" conseguem entender certas obras de arte ou certas obras literárias, como também certos resultados científicos.

Dessa forma, as diferenças culturais legitimam as diferenças sociais e, por essa razão, a oposição entre os dois modos de produção de bens simbólicos (cultura erudita e indústria cultural) deve ser considerada como uma construção limite. Há então uma relação entre o campo cultural, incluindo o campo científico e o campo sócio-político. Não existe questão cultural que não possa ser considerada duplamente, na medida em que se situa no campo propriamente cultural (intelectual e artístico) e no campo político (estratégico). A interpretação estritamente cultural pode correr o risco de assumir uma função ideológica, ou seja, a de reivindicar a neutralidade do intelectual, se não considerar as relações sociais nas quais foram produzidos os bens simbólicos e se dissociar as funções sociais passadas e presentes que eles representam, segundo Bourdieu.

... "Uma análise interna do sistema de relações simbólicas só consegue ter fundamentos sólidos se estiver subordinada a uma análise sociológica do sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo de bens simbólicos onde tais relações são geradas e onde se definem as funções sociais que elas cumprem num dado momento de tempo. Ainda que um campo de produção cultural tenha conquistado autonomia em relação às forças e às demandas externas (como as ciências puras), continua passível de uma análise propriamente sociológica." (Bourdieu, 1992 : 175).

Dessa forma, é fundamental a análise das condições sociais da produção do conhecimento, verificando também como se revestem as relações de força e de poder no interior deste campo, ou seja, no campo científico, que é um dos campos que produz bens simbólicos.

O campo científico é um campo de lutas concorrenciais que tem por objetivo o "monopólio da autoridade científica", definido como capacidade técnica e como poder social ou o "monopólio da competência científica", no sentido da capacidade de falar e agir legitimamente.

Daí o interesse por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método) e as estratégias para a satisfação desses interesses estarem também orientadas para a aquisição da autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade). Há então simultaneamente

um interesse pela atividade propriamente científica e pela aquisição da autoridade científica. Sendo assim, questões científicas como métodos, teorias, conceitos podem ser vistos como estratégias para estabelecer, reforçar ou derrubar relações de poder.

Uma análise que tente isolar a dimensão política nos conflitos pela dominação do campo científico seria incorreta, como também a situação inversa de só verificar as determinações puramente intelectuais dos conflitos científicos. Os conflitos epistemológicos têm também uma conotação política. Por exemplo, disputas entre a metodologia positivista e a dialética ou entre os chamados teóricos e os empíricos de uma disciplina podem também refletir posições políticas diferentes.

Daí ser o campo científico um espaço onde estão engajados objetivos científicos, nos quais é muito difícil distinguir as determinações propriamente científicas das determinações sociais.

Dessa forma, a oposição entre uma análise interna, mostrando que a ciência engendra seus próprios problemas, e uma análise externa, que relaciona seus problemas às condições sociais, não tem muito sentido. É o campo científico, enquanto espaço de uma luta política pela dominação no campo (a autoridade científica), que dá a cada cientista, em função da posição que aí ocupa, seus problemas políticos e científicos, seus métodos e suas estratégias políticas e científicas. As escolhas científicas, como, por exemplo, escolha do tema de pesquisa, dos métodos empregados, do local de publicação, são ao mesmo tempo estratégias políticas para a maximização do lucro simbólico, que, no campo científico, se baseia sobretudo no reconhecimento dos seus pares concorrentes.

Em suma, as relações entre o campo científico e campo sócio-político ficam evidentes na Sociologia da Ciência delineada por Foucault e Bourdieu, a partir da análise das condições sociais de produção do conhecimento e dos seus impactos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOURDIEU, P. O mercado dos bens simbólicos. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 1974.
2. BOURDIEU, P. O campo científico. In: *Grandes Cientistas Sociais* Nº 37, São Paulo: Editora Ática.

COMUNICAÇÕES: Palestras

3. BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Paris: Les Editions de Minuit, 1984 (cap.3).
4. MACHADO, R. *Ciência e Saber a Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. (2ª parte, caps. 1,2 e 3).
5. FOUCAULT, M. *História de Sexualidade I - A Vontade de Saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 (6ª edição).
6. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder* (org. Roberto Machado), Rio de Janeiro: Graal, 1977. (Introdução, caps. I, IV, V, VI).